



Contas do governo 2012

Desafios para o crescimento inclusivo são destacados em análise do TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou em 29/5 relatório e parecer prévio das contas do governo do exercício de 2012. A análise das contas e a emissão do parecer é uma das atribuições mais importantes do TCU, sendo realizada anualmente, conforme determina a Constituição Federal.

Após apreciação pelo tribunal, o relatório e o parecer prévio foram entregues ao presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros. Os parlamentares são os responsáveis pelo julgamento das contas.

No TCU, a aprovação do relatório e do parecer prévio ocorreu com 22 ressalvas, relacionadas a aspectos de conformidade da receita pública, da execução do orçamento e das demonstrações contábeis.

Em decorrência das ressalvas apontadas e da análise do desempenho governamental, o TCU emitiu 41 recomendações à Casa Civil, à

Secretaria do Tesouro Nacional, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a alguns ministérios, entre outros órgãos e entidades. Segundo o relator das contas do governo de 2012, ministro José Jorge, “essas recomendações visam aprimorar a boa gestão dos recursos públicos e a assegurar a transparência em benefício da sociedade”, ressalta.

O tribunal monitorará o cumprimento das recomendações e sugestões pelos órgãos e entidades fiscalizados. Na avaliação das contas do exercício de 2011, das 40 recomendações feitas pelo tribunal, 12 foram atendidas, três parcialmente atendidas, 13 encontram-se em fase de atendimento, 11 não foram atendidas e uma apreciação de atendimento encontra-se sobrestada pelo plenário do TCU.

Além de analisar a legalidade e a conformidade da execução orçamentária e financeira, o ministro

José Jorge escolheu para as contas de 2012, como tema de destaque, o crescimento inclusivo. Nesse sentido, buscou evidenciar no relatório o desempenho da gestão pública, considerando a perspectiva de crescimento inclusivo traçada no Plano Plurianual atualmente vigente (PPA 2012-2015). Assim, foi dado destaque às políticas inclusivas, que devem ser capazes de promover a inserção produtiva de grupos sociais e regiões brasileiras, atendendo à proposta central do PPA em vigor.

Para o TCU, as análises realizadas consideraram que as políticas destinadas ao desenvolvimento regional, à educação básica, à saúde, à inclusão digital e a outras áreas de infraestrutura são voltadas principalmente para a inclusão, mas, segundo o ministro José Jorge, “essas políticas podem não alcançar seus melhores resultados por problemas de concepção, execução ou acompanhamento”, afirma. Com isso, o TCU procurou verificar a qualidade da gestão das políticas públicas nessas áreas em diferentes perspectivas, com vistas a aumentar a probabilidade de que haja êxito na atuação do governo.

EDUCAÇÃO

O TCU analisou, entre outros temas, a situação educacional do Brasil, desde o ensino infantil até a formação superior. Índices demonstram desigualdades regionais



que prejudicam o desenvolvimento igualitário da educação. Além disso, dificuldades de permanência e de acesso são fatores que inviabilizam a educação abrangente e de qualidade. A execução descentralizada das políticas de educação básica no Brasil também contribui para a perpetuação das diferenças educacionais entre as regiões.

Ao analisar a educação básica, o TCU identificou que os principais entraves estão ligados à qualidade, à equidade, ao acesso e à permanência. O tribunal também observou que esses fatores se manifestam em diferentes intensidades para cada etapa do ensino, seja infantil, fundamental ou médio.

SAÚDE

A análise do TCU teve como foco a situação das políticas públicas de saúde no Brasil, a condição do Sistema Único de Saúde (SUS), as metas relacionadas às melhorias da infraestrutura e à ampliação da cobertura da atenção básica. Apesar do aumento de investimentos, o país ocupa a 72ª posição no ranking geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) de investimento em saúde, ao considerar a despesa estatal por habitante.

O relator das contas, ministro José Jorge, apontou que “o Brasil é o país com a menor participação do Estado no financiamento dos gastos totais com saúde. Esse percentual

fica em 44%, pouco mais que a metade do investido pelo Reino Unido (84%), Suécia (81%) ou França (78%)”. Trabalho do TCU verificou que, de 2004 a 2012, os gastos federais com serviços de saúde passaram de R\$ 32,7 bilhões para R\$ 80 bilhões. Ainda assim, o Brasil está atrás, em valores *per capita*, de outros países com sistema universal de atendimento.

Em relação às transferências de recursos federais, o ministro José Jorge também ressaltou que “municípios com baixa capacidade de oferta de ações e serviços de saúde recebem menor quantidade de recursos, o que acaba por manter as desigualdades existentes”.



Capa da publicação das Contas do Governo, exercício 2012

TRANSPORTES

O parecer prévio do TCU apresentou análise da infraestrutura da matriz de transporte brasileira (rodovias, ferrovias, portos, hidrovias e aerovias). Em cada modelo de transporte, há particularidades e disparidades sociais e econômicas, além de dificuldades de integração que fazem parte dos sistemas.

Ao analisar a aviação regional, a qual cuida do transporte aéreo que liga centros urbanos menores em comparação aos aeroportos maiores, o tribunal verificou que um dos principais entraves para desenvolvimento é a dificuldade de diluir os custos entre o limitado número de passageiros, especialmente em locais com menor renda.

Em relação ao transporte ferroviário, que representa 25% da matriz de transporte de cargas no País, o governo tem o objetivo de aumentar a participação deste modelo para 35%. Desse modo, há previsão no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 de investimentos no modal ferroviário de R\$ 17 bilhões com recursos federais, sendo que R\$ 2,7 bilhões deveriam ter sido utilizados em 2012. Entretanto, o Programa de Transporte Ferroviário registrou gastos efetivos de 17% do previsto. “Isso aconteceu, entre outros fatores, em função de não ter havido execução dos recursos orçamentários destinados a quatro das seis ferrovias previstas: Nova Transnordestina, do Pantanal, de Integração Centro-Oeste



e Ferroeste”, afirma o relator das Contas de 2012, ministro José Jorge.

No que tange ao sistema rodoviário, o trabalho do TCU apontou que, levando-se em conta a média nacional de 37,3% de estradas classificadas como boas ou ótimas, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste alcançam apenas 8,5%, 30,3% e 30,3% respectivamente, apura-se um desnível mínimo de sete pontos percentuais quando comparados ao índice nacional e mais de 20 pontos percentuais em relação à média das regiões Sul e Sudeste. Para José Jorge, “O padrão regional assimétrico representa um desafio à inserção social e produtiva dos cidadãos das regiões menos desenvolvidas, gerando oportunidades desiguais em função do local de vida dos brasileiros”, conclui.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

O TCU avaliou a previdência social no âmbito dos três regimes: o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), para servidores públicos civis e militares, e o Regime de Previdência Complementar (RPC). O tribunal analisou também o programa “Previdência Social” constante no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e verificou, entre outros itens, se os objetivos de melhoria da qualidade e de sustentabilidade dos serviços estão sendo alcançados.

Nas ações voltadas para melhorar a qualidade dos serviços, o tribunal

identificou que em 2012 tanto as metas nacionais quanto as regionais ficaram abaixo do previsto. Segundo o Ministério da Previdência Social, entre as justificativas para o baixo desempenho estão o reduzido número de servidores, a falta de médicos para realização das perícias e o aumento da procura por atendimento. Já no que diz respeito à sustentabilidade dos serviços, o valor nominal do deficit do RGPS cresceu 14,8% de 2011 para 2012, chegando a R\$ 5,3 bilhões. O deficit total no RGPS foi igual a R\$ 40,8 bilhões, sendo que o resultado da clientela urbana positivo em R\$ 20,5 bilhões, e o da clientela rural foi negativo em R\$ 65,4 bilhões.

No regime dos servidores civis (RPPS), foi possível identificar um resultado negativo de R\$ 36,2 bilhões em 2012 (4,8% acima do de 2011). Entretanto, o aumento do deficit vem diminuindo nos últimos cinco anos. Em 2012, o deficit representou 0,82% do PIB. O TCU observou ainda que, em relação à previdência dos militares (RPPS), o aumento do deficit foi o mais observado nos últimos cinco anos, com um resultado negativo de R\$ 21,3 bilhões em 2012, valor 6,9% acima dos números de 2011.

INCLUSÃO DIGITAL

O parecer prévio traz análises sobre a situação da inclusão digital (ID) no Brasil e aponta que as diferenças regionais e a falta de articulação governamental são alguns dos

principais entraves para o desenvolvimento homogêneo no país e para o alcance de metas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações, que coordena os principais programas de ID. A inclusão digital pode ser compreendida como a garantia de acesso do cidadão ao uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

O TCU constatou que, em 2011, 38% dos domicílios brasileiros tinham acesso à internet, contra 62% sem acesso. Na área rural, a proporção era de 10% com acesso e 90% sem acesso. Já na área urbana, 43% tinham acesso, enquanto 57% não tinham. Além disso, ao analisar as regiões do Brasil, o TCU verificou que os estados do Nordeste e do Norte eram aqueles com mais restrição, com 21% e 22% de acesso, respectivamente, ao passo que a região Sudeste apresentou o maior percentual de acesso (49%).

O Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 estabelece como meta geral de inclusão digital que, até 2015, 70% da população brasileira utilize a internet, com acesso em banda larga ou discado. O PPA espera ainda que 70% da população de classe C e 40% da população das classes D e E tenham acesso. Entretanto, o TCU constatou que a escassez de recursos orçamentários e a necessidade de aumento da articulação entre ministério, estados e municípios para dar mais efetividade às medidas planejadas são as principais dificuldades enfrentadas para garantir o alcance das metas.